



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Administração (CCA)

Curso de Especialização em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos

Renata Pereira de Sant Ana

**Análise do Orçamento Descentralizado às Universidades Federais (UFs) Brasileiras nos  
Últimos Vinte Anos**

Brasília - DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen  
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior  
Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas

Professor Doutor Rodrigo Rezende Ferreira  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Letícia Lopes Leite  
Coordenadora-Geral UAB

Professora Doutora Fátima de Souza Freire  
Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Renata Pereira de Sant Ana

**Análise do Orçamento Descentralizado às Universidades Federais (UFs) Brasileiras nos  
Últimos Vinte Anos**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Administração e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos.

Orientador: Prof. Dr. Edimilson Soares Campos

Brasília - DF

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

SS231a Sant Ana, Renata Pereira de .  
Análise do Orçamento Descentralizado às Universidades  
Federais (UFs) Brasileiras nos Últimos Vinte Anos / Renata  
Pereira de Sant Ana; orientador Edmilson Soares Campos. --  
Brasília, 2024.  
28 p.

Monografia (Especialização - Especialização em Orçamento,  
Governança e Gestão de Riscos) -- Universidade de Brasília,  
2024.

1. Orçamento Público. 2. Universidades Federais. 3.  
Investimento. I. Campos, Edmilson Soares, orient. II.  
Título.

Renata Pereira de Sant Ana

**Análise do Orçamento Descentralizado às Universidades Federais (UFs) Brasileiras nos  
Últimos Vinte Anos**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Administração e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos.

**Data de aprovação:** 24/07/2024.

---

Prof. Dr. Edimilson Soares Campos  
Orientador

---

Profa. Leidisangela Santos da Silva  
Professora – Examinadora

## RESUMO

Diante das recentes discussões sobre redução orçamentária para as universidades públicas no Brasil o presente artigo buscou analisar o comportamento da previsão orçamentária destinada às universidades federais brasileiras nos últimos 20 anos. Os dados secundários utilizados na pesquisa foram extraídos do Painel do Orçamento Federal. Após coleta, organização e análise dos dados os principais resultados encontrados foram que o orçamento descentralizado pelo MEC as Universidades Federais se comportou de acordo com a descentralização do Governo Federal ao MEC, assim quando houve redução para o MEC houve redução para as UFs. Além disso, verificou-se que os repasses para investimento e outras despesas correntes reduziram no período. Em se tratando de investimentos a partir de 2018 eles foram reduzidos a níveis próximos ao anterior ao REUNI. Portanto, verificou-se que os investimentos em educação superior pública estão cada vez menores, visto que se considerarmos a inflação do período, os investimentos atuais estarão menores que os investimentos de 2004-2008.

**Palavras-chave:** Orçamento; Universidades Federais; Investimentos.

## ABSTRACT

Given the recent discussions about budget reduction for public universities in Brazil, this article sought to analyze the behavior of the budget forecast for Brazilian federal universities over the last 20 years. The secondary data used in the research was extracted from the Federal Budget Panel. After collecting, organizing and analyzing the data, the main results found were that the budget decentralized by the MEC to the Federal Universities behaved in accordance with the decentralization of the Federal Government to the MEC, so when there was a reduction for the MEC there was a reduction for the UFs. Furthermore, it was found that transfers for investment and other current expenses reduced in the period. When it comes to investments from 2018 onwards, they were reduced to levels close to those prior to REUNI. Therefore, it was found that investments in public higher education are increasingly smaller, since if we consider inflation during the period, current investments will be lower than investments from 2004-2008.

**Keywords:** Budget; Federal Universities; Investments.

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Quadro 1:</b> Estudos sobre Financiamento das universidades federais brasileiras ..... | 8  |
| <b>Quadro 2:</b> Universidades brasileiras por região .....                               | 9  |
| <b>Gráfico 1:</b> Orçamento MEC e UFs - 2004 a 2023 (valores em reais) .....              | 23 |
| <b>Gráfico 2:</b> Orçamento Educação Superior - 2004 a 2023.....                          | 24 |
| <b>Tabela 1:</b> Percentual do Orçamento descentralizado para ODC (valores em R\$).....   | 25 |
| <b>Gráfico 3:</b> Orçamento (ODC) – Projeto de Lei (valores em R\$) .....                 | 26 |
| <b>Gráfico 4:</b> Média do Orçamento (ODC) por Região – Projeto de Lei .....              | 26 |
| <b>Gráfico 5:</b> Média do Orçamento (INV) por Região – Projeto de Lei.....               | 27 |
| <b>Gráfico 6:</b> Média do Orçamento (INV) por Região – Projeto de Lei.....               | 27 |
| <b>Tabela 2:</b> Orçamento descentralizado para INV (valores em R\$).....                 | 28 |



## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1.INTRODUÇÃO</b> .....   | 9  |
| <b>1.1. Problema de Pesquisa</b> .....  | 9  |
| <b>1.2.Objetivo Geral</b> .....   | 9  |
| <b>1.3.Objetivos Específicos</b> .....  | 10 |
| <b>1.4.Aspecto Metodológico</b> .....   | 10 |
| <b>1.5.Relevância do Tema</b> .....   | 10 |
| <br>  |    |
| <b>2.REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....  | 11 |
| <b>2.1.Orçamento Público</b> .....  | 11 |
| <b>2.2.Orçamento Público e o financiamento das Universidades Federais do Brasil</b> ..... | 12 |
| <b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....   | 15 |
| <b>4.RESULTADOS E ANÁLISES</b> .....  | 20 |
| <b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 27 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 28 |

## 1. INTRODUÇÃO

O orçamento descentralizado pelo Governo Federal à educação superior, mais precisamente para as universidades federais brasileiras tem sido reduzido nos últimos anos (Caetano & Campos, 2019). Neste cenário de redução de investimentos, as universidades têm buscado se adaptar às mudanças, uma vez que mesmo com redução no orçamento as atividades de ensino, pesquisa e extensão continuam funcionando.

Assim, destaca-se que o cenário propicia a utilização eficiente dos recursos que são escassos, visto que a gestão das universidades federais tem buscado otimizar os recursos descentralizados para manterem suas atividades funcionando, uma vez que se tratando de financiamento da educação superior, o governo federal é o principal financiador da manutenção e do investimento. (Araújo & Cordeiro, 2023). Diante do cenário relatado, elas buscam outras formas de aumentar as receitas, sejam através de projetos, convênios, emendas parlamentares, etc.

Apesar do esforço dos gestores das universidades para manterem as atividades das funcionando em um ambiente de redução orçamentária, estes encontram dificuldades, uma vez que não há recursos disponíveis para novos investimentos, reformas, manutenção de equipamentos, o que leva ao sucateamento dos aparelhos, prédios e outros bens duráveis, adquiridos, às vezes, através de recursos oriundos de projetos externos para aquisição de equipamentos. Esta situação dificulta e inviabiliza pesquisas e produção de conhecimento científico.

E é neste cenário, na dicotomia do fazer mais com menos e da dificuldade dos gestores e pesquisadores realizarem pesquisas de qualidade no país que o presente trabalho discute o comportamento do orçamento destinado às universidades nas duas últimas décadas, no Brasil.

### 1.1. Problema de pesquisa

Desta forma, em um cenário de redução orçamentária, este trabalho visa responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual o comportamento da previsão orçamentária destinada às universidades federais brasileiras nos últimos vinte anos?**

### 1.2. Objetivo Geral

Tendo em vista a problemática apresentada anteriormente, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o comportamento da previsão orçamentária destinada às universidades federais brasileiras nos últimos vinte anos.

### **1.3. Objetivos específicos**

No intuito de alcançar ao objetivo geral previamente estabelecido se faz necessário cumprir os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Elaborar tabela a partir do orçamento federal descentralizado as universidades para investimento (INV) e outras despesas correntes (ODC) para análise, por região;
- ✓ Analisar o comportamento do orçamento descentralizado às universidades públicas brasileiras em relação ao orçamento do Ministério da Educação (MEC) e da educação superior;
- ✓ Analisar o comportamento do orçamento do MEC, educação superior e UFs em relação aos recursos descentralizados para INV e ODC.

### **1.4. Aspectos metodológicos**

Para atingirmos o objetivo geral do presente trabalho será realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado para subsidiar a para análise dos dados e resultados. Além disso, a pesquisa é secundária e de natureza exploratória e quantitativa, visto que os dados do orçamento descentralizado ao MEC e às universidades federais do Brasil serão coletados no site Painel do Orçamento Federal para realização das análises dos dados. Os dados serão organizados em planilhas no excel para elaboração de gráficos e tabelas, além da realização dos cálculos necessários para as análises.

### **1.5. Relevância do Tema**

Este trabalho é relevante porque busca contribuir com a literatura sobre o tema a compreender como as instituições públicas de ensino superior brasileiras têm conseguido produzir conhecimento científico, prestar assistência à comunidade em sua volta, inovar, desenvolver produtos inovadores considerando um cenário de redução orçamentária. Além disso, realizar um levantamento de dados em um longo período, organizados por região.

O trabalho encontra-se estruturado em 6 partes, sendo a primeira esta introdução onde é apresentada uma breve contextualização sobre o tema. Em seguida tem-se o referencial teórico com as principais teorias e legislações que embasam a pesquisa, posteriormente tem-se a metodologia que detalha as etapas percorridas para a realização da pesquisa. A seção análise e resultados mostra os principais achados na pesquisa e discute os resultados. Logo em seguida, tem-se as considerações finais, fazendo uma análise geral do presente trabalho e indicando possibilidades de estudos futuros. Por fim, tem-se as referências utilizadas para subsidiar a presente pesquisa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção, serão apresentadas as principais teorias sobre o tema para compreensão da análise dos dados e dos resultados encontrados na pesquisa.

### **2.1. Orçamento Público**

A necessidade de autorizar e controlar a aplicação do dinheiro público, relacionado ao desenvolvimento da democracia, como forma de oposição ao antigo Estado arbitrário foi o que originou o orçamento público. Esta oposição se deu, porque o soberano detinha todo o patrimônio originário da coletividade. Na atual configuração do orçamento, ele pode ser visto como uma espécie de delegação dos recursos públicos recolhidos através de tributos para os representantes do povo. Estes, por sua vez, devem realizar em nome do povo sua correta utilização destes recursos utilizando o orçamento público para o planejamento e execução das receitas e despesas públicas. (Oliveira; Ferreira (2017)).

A definição de orçamento público está diretamente relacionada aos interesses político-econômicos de cada governo (Silva; Guimarães, 2022), uma vez que é através deste instrumento que os governos organizam seus recursos financeiros.

Previsto na Constituição Federal (CF/1988) de 1988 onde são estabelecidas diretrizes gerais para sua composição e destinação. Estas diretrizes são apresentadas em forma de leis orçamentárias, para efetivação do orçamento, sendo: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e os Créditos Adicionais (BRASIL, 1988, art. 165; BRASIL, 2024).

As formalidades legais que revestem o orçamento público brasileiro estão previstas na CF/1988. Diante disso, anualmente são elaboradas a LDO e LOA, a primeira fixa a receita e estima a despesa para um determinado exercício, por isso é necessário que toda despesa esteja prevista para que ela seja realizada, além da CF/88, ela deve observar a Lei de

Responsabilidade Fiscal e o PPA vigente (MTO-2024); e, a segunda, de acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, “conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Govêrno, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade”. O PPA é um instrumento de gestão de médio prazo, elaborado no primeiro ano do mandato do executivo e tendo vigência até o primeiro ano do mandato do próximo governo.

Apesar destas leis serem de iniciativa do executivo, de acordo com o modelo de ciclo orçamentário previsto na CF/1988 que inclui o PPA, a LDO e LOA, os projetos de lei referentes a cada um desses instrumentos são submetidos à apreciação das duas casas do Congresso Nacional.

De acordo com o Manual Técnico do Orçamento 2024 (MTO - 2024) o orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. Desta forma, como as universidades federais são autarquias federais, elas recebem recursos públicos para manutenção das suas atividades.

Estes recursos, por sua vez, estão previstos nos instrumentos de planejamento orçamentário do Governo Federal para a Educação Superior e do MEC para a Instituição de Ensino para a qual o recurso será descentralizado; a última, planeja a utilização dos recursos recebidos de forma a atender suas necessidades de maneira que suas atividades sejam atendidas e continuadas.

Assim, para Cordeiro e Araújo (2023) o orçamento público tem um papel muito importante para a manutenção e funcionamento das universidades federais no Brasil, tendo em vista que com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95/2016 essas instituições vêm enfrentando reduções orçamentárias, bloqueios e/ou contingenciamentos.

Neste sentido, em estudo realizado por Felinto et al. (2022) os autores apontam que em todas as regiões do Brasil, no período 2007-2021, o orçamento do governo federal para Educação Superior diminuiu no que se refere a outras despesas correntes e a investimentos.

## **2.2. Orçamento Público e o financiamento das Universidades Federais do Brasil**

As instituições de ensino superior federais no Brasil são autarquias mantidas pelo orçamento federal destinado a cada uma delas, através de descentralização MEC. Por isso, o orçamento estatal é capaz de garantir o caráter público, gratuito, inclusivo e de qualidade das universidades federais, além de ser decisivo para possibilitar a elas o adequado planejamento de suas ações e as melhores práticas de gestão. (Schröder (2019), Silva & Guimarães (2022)).

Neste sentido, Schröder (2019) aponta que o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, com seus avanços e recuos, vem sendo tema de reflexão permanente, pois elas dependem de recursos oriundo do governo federal manter e ampliar os seus gastos com investimento, ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o orçamento de cada instituição é único e deve atender aos interesses e necessidades de sua comunidade acadêmica. (Oliana & Bortoluzzi (2018)).

Silva e Guimarães (2022) afirmam que 45,28% dos recursos arrecadados pela União, no período 2003-2020, são para pagamento de juros e encargos, amortização e financiamento da dívida; enquanto, nas áreas educação, saúde, ciência e tecnologia e assistência social são descentralizados 10,28% do orçamento federal. De modo que quando se analisam o valor do orçamento das universidades em relação a arrecadação total, o investimento nessas instituições que geram desenvolvimento e pesquisa para o país é de 1,61%.

Apesar disso, nem sempre foi assim, Felinto et al 2022 aponta que no período de expansão da educação superior pública no Brasil, o Governo Federal, com a implementação do REUNI, deu um salto significativo em relação respeito aos investimentos orçamentários. A partir do Decreto nº 6.096 (2007) que tratava da expansão do ensino superior no país, buscou garantir um total de R\$ 2 bilhões de reais em um período de vigência de quatro anos (2008-2011).

Nos anos subsequentes, considerando o cenário político e econômico, no Brasil e no mundo houve muitos retrocessos de modo que em 2016 em um cenário de instabilidade no país e com a Emenda Constitucional n.º 95/2016, que estabelece um limite de gastos com as despesas primárias, a famosa PEC do “teto de gastos”, segundo Amaral (2021), ao analisar o orçamento das UFs, ele compreendeu que elas estão em processo de intensa deterioração orçamentária, pois ano a anos os recursos destinados a elas é reduzido.

Além disso, Felinto et. al. (2022) aponta que com as políticas de austeridade praticadas pelos últimos governos brasileiros observadas pelos cortes orçamentários, com a pandemia da Covid-19 a educação superior sofreu um novo retrocesso. Uma vez que as novas práticas de ensino foram impostas a toda comunidade, autorizando a substituição das aulas presenciais por aulas remotas, novos cortes orçamentários foram realizados.

O Quadro 1, mostra estudos sobre o orçamento público e o financiamento das instituições de ensino superior, nele são apresentados o autor/ano da pesquisa, o título, o objetivo, a metodologia utilizada e os principais resultados encontrados.

**Quadro 1:** Estudos sobre Financiamento das universidades federais brasileiras

| <b>Autor/ano</b>              | <b>Título</b>   | <b>Objetivo</b>   | <b>Metodologia</b>  | <b>Resultados</b>  |
|-------------------------------|---|---|---|--|
| Prestes & Júnior, 2017        | Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e de ajuste fiscal                     | Averiguar as orientações das políticas internacionais educacionais após os anos de 1990 e suas influências nas mudanças processadas nas políticas de educação superior global e local, particularizando a relação entre expansão e financiamento da educação superior, em tempos de crise econômica e de ajuste fiscal. | Análises teóricas e evidências empíricas postas em documentos, bibliografias e informações relacionados às mudanças operadas nesse sistema educativo. | Em tempos de crise econômica e de ajuste fiscal, no caso brasileiro, a educação superior vai gradativamente, perdendo prestígio nos orçamentos públicos, fortalecendo, assim, sua inserção à lógica do mercado.  |
| Zambenedetti & Agonese, 2020. | O Processo Orçamentário de uma Instituição Pública Federal de Ensino sob a Ótica do Isomorfismo                     | Analisar o processo orçamentário de uma instituição pública de ensino sob a ótica do isomorfismo  | Qualitativa e exploratória, adota a perspectiva da Teoria Institucional; e o procedimento técnico foi o estudo de caso.                               | O processo orçamentário da instituição é influenciado pelos três tipos de isomorfismo (coercitivo, mimético e normativo).  |
| Felinto et al., 2022          | Os impactos da Emenda Constitucional nº 95/2016 nas Universidades Federais: O caminho para o desmonte               | Analisar uma trajetória de 14 anos de financiamento, visando identificar o desmonte das Universidades Federais.   | Exploratória e descritiva   | Em todas as regiões do Brasil, de 2007 a 2021, o orçamento do governo federal para Educação Superior, no que diz respeito a Outras Despesas Correntes e Investimentos, vem decaindo, ocorrendo especificamente no final do governo de Dilma, mas foi no governo de Bolsonaro, de 2018 a 2021, que ocorre a redução significativa dos orçamentos. |
| Silva & Guimarães, 2022       | Orçamento Público e Financiamento das Universidades Federais no Brasil  | Analisar o financiamento público das universidades federais brasileiras   | Pesquisa bibliográfica e documental   | Evidencia-se que na Execução Orçamentária da União têm-se priorizado as despesas com a dívida pública  |
| Cordeiro & Araújo, 2023.      | Captação de Recursos Próprios como Fonte de Financiamento do Ensino Superior no Centro de Ciências Agrárias da UFPB | Analisar a participação dos recursos próprios no orçamento do Centro de Ciências Agrárias (CCA), cotejando o orçamento total da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período 2014-2019.   | É do tipo descritiva; exploratória e explicativa; documental e um estudo de caso.   | Indicam que a maior fonte de recursos da UFPB é proveniente do orçamento da União, e os recursos próprios representam apenas uma contribuição financeira ao seu orçamento total.   |

**Fonte:** Dados da Pesquisa

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de verificar o comportamento do orçamento descentralizado às universidades públicas nos últimos 20 anos o presente estudo utilizou dados coletados no site do governo federal, Painel do Orçamento, o valor do orçamento disponibilizado às universidades federais, no período de 2004 a 2023, o corte temporal se justifica porque é anterior ao REUNI, o que possibilitará análises referente ao período de expansão e outras importantes conquistas do ensino superior público no Brasil, assim como quantidade de Universidades abertas ou autorizadas a funcionar no período.

De acordo com Matias-Pereira (2019) e Kauark *et. al.* (2010) esta pesquisa classifica-se como exploratória, no que se refere ao problema de pesquisa e quantitativa, quando se trata da forma de abordagem do problema.

Foram coletados os dados totais do MEC e dados do orçamento destinado à educação superior, para comparação com os valores repassados às universidades federais no período.

Para atingir os objetivos da pesquisa, os dados foram organizados por região, conforme Quadro 2 que mostra a Região do país onde a universidade está localizada, a unidade orçamentária, para pesquisa no Painel do orçamento federal, a quantidade de universidades na região em 2004 e em 2023.

**Quadro 2:** Universidades brasileiras por região

| Região | Universidade                                  | Unidade Orçamentária                                  | Qtda. 2004 | Quant. 2023 |
|--------|---|---|------------|-------------|
| NORTE  | Universidade Federal do Pará                  | 2623 - Universidade Federal do Pará                   | 8          | 11          |
|        | Universidade Federal de Roraima               | 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima      |            |             |
|        | Universidade Federal do Tocantins             | 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins    |            |             |
|        | Universidade Federal Rural da Amazônia        | 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia        |            |             |
|        | Universidade Federal de Rondônia              | 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia     |            |             |
|        | Universidade do Amazonas                      | 26270 - Fundação Universidade do Amazonas             |            |             |
|        | Universidade Federal do Acre                  | 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre         |            |             |
|        | Universidade Federal do Amapá                 | 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá        |            |             |
|        | Universidade Federal do Oeste do Pará         | 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará         |            |             |
|        | Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará | 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará |            |             |
|        | Universidade Federal do Norte do Tocantins    | 26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins    |            |             |



|   |   |   |    |    |
|---|---|---|----|----|
| <b>NORDESTE</b>                               | Universidade Federal do Vale do São Francisco                         | 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco                | 13 | 20 |
|   | Universidade Federal de Alagoas                                       | 26231 - Universidade Federal de Alagoas                                       |    |    |
|   | Universidade Federal da Bahia   | 26232 - Universidade Federal da Bahia   |    |    |
|   | Universidade Federal do Ceará   | 26233 - Universidade Federal do Ceará   |    |    |
|   | Universidade Federal da Paraíba                                       | 26240 - Universidade Federal da Paraíba                                       |    |    |
|   | Universidade Federal de Pernambuco                                    | 26242 - Universidade Federal de Pernambuco                                    |    |    |
|   | Universidade Federal do Rio Grande do Norte                           | 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte                           |    |    |
|   | Universidade Federal Rural de Pernambuco                              | 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco                              |    |    |
|   | Universidade Federal de Campina Grande                                | 26252 - Universidade Federal de Campina Grande                                |    |    |
|   | Universidade Federal Rural do Semi-Árido                              | 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido                              |    |    |
|   | Universidade Federal do Maranhão                                      | 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão                             |    |    |
|   | Universidade Federal do Piauí   | 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí                                |    |    |
|   | Universidade Federal de Sergipe                                       | 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe                              |    |    |
|   | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia                            | 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia                            |    |    |
|   | Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira | 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira |    |    |
|   | Universidade Federal do Oeste da Bahia                                | 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia                                |    |    |
|   | Universidade Federal do Cariri  | 26449 - Universidade Federal do Cariri  |    |    |
|   | Universidade Federal do Sul da Bahia                                  | 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia                                  |    |    |
| Universidade Federal do Delta do Parnaíba     | 26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba                     |   |    |    |
| Universidade Federal do Agreste de Pernambuco | 26456 - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco                 |   |    |    |
| <b>CENTRO-OESTE</b>                           | Universidade Federal de Goiás   | 26235 - Universidade Federal de Goiás   | 4  | 8  |
|   | Universidade de Brasília  | 26271 - Fundação Universidade de Brasília                                     |    |    |
|   | Universidade Federal de Mato Grosso                                   | 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso                          |    |    |
|   | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul                            | 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul                   |    |    |
|   | Universidade Federal da Grande Dourados                               | 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados                      |    |    |
|   | Universidade Federal de Catalão                                       | 26452 - Universidade Federal de Catalão                                       |    |    |
|   | Universidade Federal de Jataí   | 26453 - Universidade Federal de Jataí   |    |    |
| Universidade Federal de Rondonópolis          | 26454 - Universidade Federal de Rondonópolis                          |   |    |    |
| <b>SUDESTE</b>                                | Universidade Federal do Espírito Santo                                | 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo                                | 18 | 19 |
|   | Universidade Federal Fluminense                                       | 26236 - Universidade Federal Fluminense                                       |    |    |

|                                       |   |  |   |    |
|---------------------------------------|---|--|---|----|
|                                       | Universidade Federal de Juiz de Fora                      | 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora                               |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Minas Gerais                      | 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais                               |   |    |
|                                       | Universidade Federal do Rio de Janeiro                    | 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro                             |   |    |
|                                       | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro              | 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro                       |   |    |
|                                       | Universidade Federal do Triângulo Mineiro                 | 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro                          |   |    |
|                                       | Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  | 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri           |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Alfenas                           | 26260 - Universidade Federal de Alfenas                                    |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Itajubá                           | 26261 - Universidade Federal de Itajubá                                    |   |    |
|                                       | Universidade Federal de São Paulo                         | 26262 - Universidade Federal de São Paulo                                  |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Lavras                            | 26263 - Universidade Federal de Lavras                                     |   |    |
|                                       | Universidade do Rio de Janeiro                            | 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro                            |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Uberlândia                        | 26274 - Universidade Federal de Uberlândia                                 |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Ouro Preto                        | 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto                        |   |    |
|                                       | Universidade Federal de São Carlos                        | 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos                        |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Viçosa                            | 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa                            |   |    |
|                                       | Universidade Federal de São João del-Rei                  | 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei                  |   |    |
|                                       | Universidade Federal do ABC                               | 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC                               |   |    |
| SUL                                   | Universidade Federal do Paraná                            | 26241 - Universidade Federal do Paraná                                     | 8 | 11 |
|                                       | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                 | 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul                          |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Santa Catarina                    | 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina                             |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Santa Maria                       | 26247 - Universidade Federal de Santa Maria                                |   |    |
|                                       | Universidade Tecnológica Federal do Paraná                | 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná                         |   |    |
|                                       | Universidade Federal do Pampa                             | 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa                             |   |    |
|                                       | Universidade Federal da Integração Latino Americana       | 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana                |   |    |
|                                       | Universidade Federal do Rio Grande                        | 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande                        |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Pelotas                           | 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas                           |   |    |
|                                       | Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre | 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre |   |    |
| Universidade Federal da Fronteira Sul | 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul             |  |   |    |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após organização dos dados por região, foi construído uma tabela com o valor do orçamento previsto para INV e ODC para cada uma delas. Os dados totais do MEC, Ensino Superior e das universidades foram organizados em outra tabela. Além, da elaboração de gráficos mostrando o orçamento destinado ao MEC, Ensino Superior e UFs.

Os dados coletados no Painel do Governo Federal foram extraídos da seguinte forma: Consulta livre: selecionar os filtros básicos: período 2004 a 2023; Esfera - orçamento fiscal; órgão orçamentário: Ministério da Educação (MEC); Função – Educação, para coletar os dados totais do MEC.

Em seguida, filtrou-se para obter, somente os valores destinados a educação superior no período, da seguinte forma: Os dados coletados no Painel do Governo Federal foram extraídos da seguinte forma: Consulta livre: selecionar os filtros básicos: período 2004 a 2023; Esfera - orçamento fiscal; órgão orçamentário: Ministério da Educação (MEC); Função - Educação; Subfunção - Educação superior.

Por fim, para obtenção dos dados das Universidades Federais, realizou-se o seguinte: Os dados coletados no Painel do Governo Federal foram extraídos da seguinte forma - Consulta livre - selecionar os filtros básicos - período 2004 a 2023; Esfera - orçamento fiscal; órgão orçamentário: Ministério da Educação (MEC); Unidade Orçamentária - Universidades Federais (escolher todas as instituições conforme Quadro 2); Função - Educação; Subfunção - Educação superior, para buscar os dados totais.

Para coleta dos dados das UFs foi realizado o seguinte procedimento: O site Painel do Governo Federal foi acessado e os dados coletados em: Consulta livre - selecionar os filtros básicos - período 2004 a 2023; Esfera - orçamento fiscal; órgão orçamentário: Ministério da Educação (MEC); Unidade Orçamentária - Universidades Federais (escolher todas as instituições); Função - Educação; Subfunção - Educação superior. Em seguida, foi realizado o mesmo procedimento por mais duas vezes colocando o filtro origem da despesa, uma vez filtrou-se investimentos e na outra, outras despesas correntes.

Em seguida, na coleta dos dados do MEC total e MEC educação superior, foram selecionados os campos: detalhar por órgão orçamentário; Em seguida, selecione os valores/métricas pelos quais deseja sumarizar/visualizar os resultados, neste caso, todas as opções foram selecionadas. Em seguida foram visualizados os resultados e a planilha exportada para organização e análise dos dados coletados.

Nesta etapa, para a coleta dos dados das Universidades Federais, além dos filtros utilizados para as outras coletas, selecionou-se também a opção detalhar por unidade

orçamentária, assim os dados serão apresentados anualmente e por unidade orçamentária.

Após coleta dos dados, estes foram organizados da seguinte maneira:

- 1) Foi elaborada uma planilha com as universidades federais e o valor do orçamento a elas descentralizados, por região geográfica, no período 2004 a 2023;
- 2) Em seguida, foi calculado o valor total disponibilizado à educação superior, especificamente às universidades federais para verificar qual percentual do orçamento destinado ao ensino superior, descentralizados às universidades federais;
- 3) Foram verificadas quantas universidades foram autorizadas a funcionar no período e se houve redução no orçamento das universidades existentes para manutenção das novas, esta etapa foi realizada através da média do orçamento descentralizado às universidades durante o período;
- 4) Após a coleta e organização dos dados em planilhas do excel, foram elaborados gráficos, tabelas e quadros para análises e apresentação dos resultados da pesquisa, do orçamento no projeto de lei.

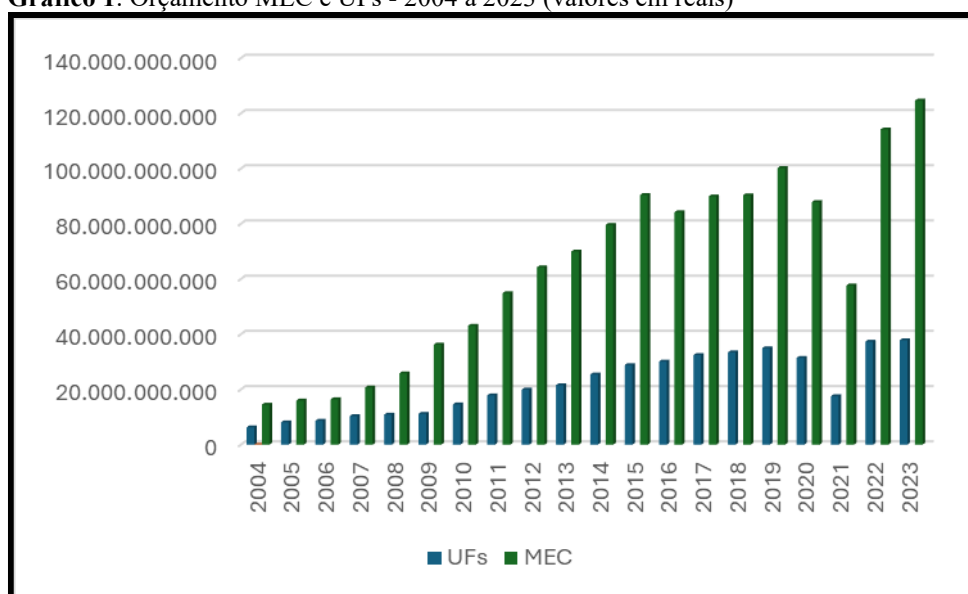
Na seção a seguir, serão apresentados os resultados encontrados na presente pesquisa.

#### **4. RESULTADOS E ANÁLISES**

Nos últimos anos, foram realizados diversos estudos sobre o orçamento público e o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (Prestes & Júnior (2017); Caetano & Campus (2019); Zambenedetti & Agonese (2020); Felinto et al., (2022); Silva & Guimarães (2022); Cordeiro & Araújo (2023)), indicaram que o montante, do orçamento federal, destinado ao financiamento das atividades destas instituições têm reduzido gradativamente nos últimos anos.

O gráfico 1 apresenta o valor do orçamento projetado ao MEC e às UFs no período 2004-2023. Verifica-se que de 2004 a 2015 o orçamento previsto na Lei Orçamentária foi crescente. Em 2016, provavelmente em decorrência do período de instabilidade política houve redução no projeto de lei descentralizado ao MEC e às UFs. Isso significa uma previsão de receita, ou seja, no ano subsequente poderia ser repassado às instituições, um valor menor, igual ou maior, a depender das receitas do governo no ano, para decidir se o valor poderia ser suplementado ou contingenciado.

**Gráfico 1:** Orçamento MEC e UFs - 2004 a 2023 (valores em reais)



**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados do Painel do Orçamento Federal

Apesar do gráfico 1 apresentar valores de crescimento até 2015, cabe observar que a partir de 2007, com o REUNI, que poderia ter marcado o início de uma experiência frutífera de financiamento do setor público e a consolidação de uma política sólida de educação superior no Brasil, mas que foi um projeto governamental abandonado após o seu fim (Felinto et al, 2022). Tendo em vista que novas universidades foram abertas, foram necessários maiores investimentos na educação superior, em especial na abertura e reestruturação das instituições de ensino de nível superior.

A pesquisa mostrou que de 2004 a 2010 foram abertas 5 novas UFs no país; de 2011; e, de 2010 – 2020, 13, totalizando 69 universidades públicas no Brasil em 2023. Este aumento no número de universidades no país, em sua maioria no Nordeste, indica que o orçamento deveria aumentar na mesma proporção, fato que provavelmente não ocorreu.

No Gráfico 1, também é possível verificar que o orçamento descentralizado ao MEC se manteve crescente de 2004 a 2015, o que segundo Felinto et. al. (2022, p. 2) se deu em decorrência da “implementação do REUNI (2007-2012) — política adotada pelo governo Lula (2003-2010) que marcou a maior política de investimento nas universidades federais.”

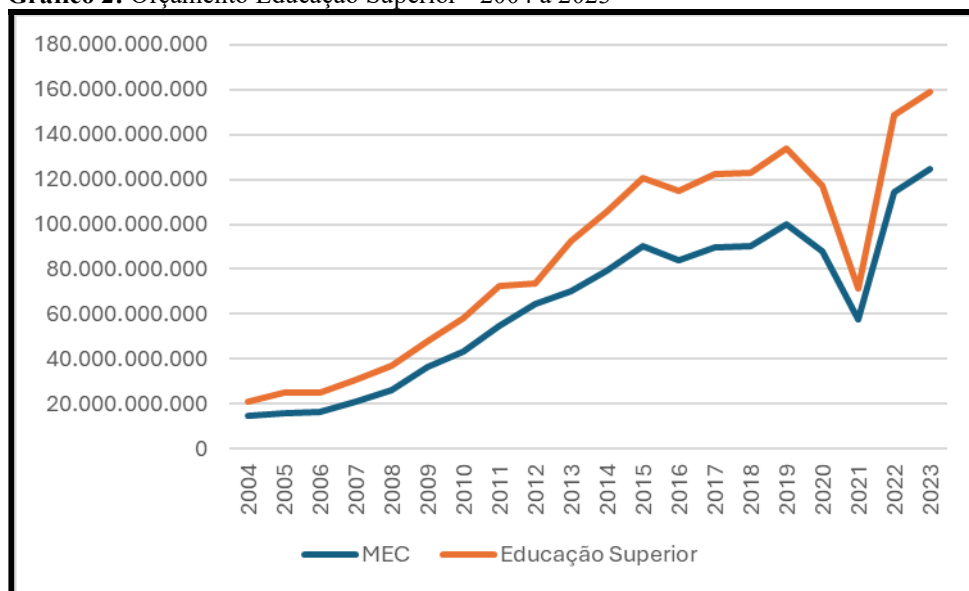
Em 2016, há uma queda significativa no orçamento descentralizado ao MEC e consequentemente às UFs, isso ocorre como reflexo do cenário político e fiscal no Brasil, corroborando a afirmação de Felinto et. al., (2022) quando diz que com a vigência da EC nº 95/2016 o investimento na educação no país despenca.

Começou a aumentar nos anos subsequentes, mas nos anos 2020 e 2021 com a pandemia Covid-19 houve corte orçamentário e crescimento em 2022 e 2023.

Em relação ao orçamento do MEC, Prestes e Júnior (2017) afirmam que no período de 2004 a 2015, o orçamento do MEC teve um incremento de mais de 200%, saindo de cerca de 40 bilhões de reais para mais de 120 bilhões em valores reais. O gráfico mostra que realmente houve um aumento significativo no orçamento do MEC, mas deve-se considerar que as despesas e os investimentos realizados no período foram significativas.

Ressalta-se ainda que os valores apresentados no Gráfico 2, representam todo o montante descentralizado a Educação superior, ou seja, tanto para a pública quanto para a privada.

**Gráfico 2:** Orçamento Educação Superior - 2004 a 2023



**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados do Painel do Orçamento Federal

De acordo com Silva e Guimarães (2022) a destinação do orçamento público para a expansão do ensino superior privado é realidade no Brasil, que ocorre por meio de políticas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni). Assim, observamos que o percentual descentralizado ao ensino superior é tanto para o público quanto para o privado.

Observa-se no Gráfico 2, que o comportamento da descentralização dos recursos do MEC para a Educação Superior seguiu a mesma tendência da descentralização dos recursos do Governo Federal para o MEC.

Em relação a descentralização de recursos às universidades, na Tabela 1 é apresentado o percentual do orçamento descentralizados às UFs para utilização com ODC em relação ao orçamento total do MEC e do descentralizado para o nível superior no período 2004-2023.

**Tabela 1:** Percentual do Orçamento descentralizado para ODC (valores em R\$)

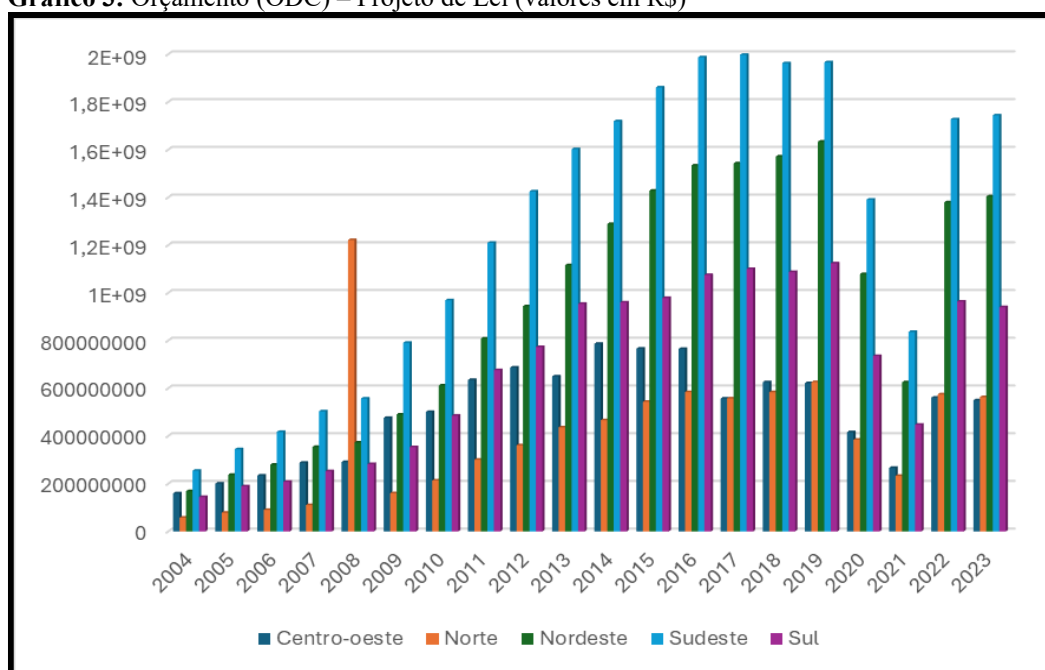
| Ano  | Total ODC  | Educ. Sup.     | % Educ Sup. | MEC             | % MEC |
|------|------------|----------------|-------------|-----------------|-------|
| 2004 | 785005315  | 6.261.214.457  | 12,5        | 14.485.319.136  | 5,4   |
| 2005 | 1049732197 | 8.685.370.878  | 12,1        | 15.968.358.306  | 6,6   |
| 2006 | 1229825948 | 8.202.649.210  | 15,0        | 16.448.152.547  | 7,5   |
| 2007 | 1507834184 | 10.002.731.342 | 15,1        | 20.693.251.333  | 7,3   |
| 2008 | 2724088636 | 10.941.296.060 | 24,9        | 25.825.310.706  | 10,5  |
| 2009 | 2270322155 | 11.750.278.113 | 19,3        | 36.259.427.241  | 6,3   |
| 2010 | 2780784620 | 14.805.690.575 | 18,8        | 43.080.598.882  | 6,5   |
| 2011 | 3630035475 | 17.714.403.429 | 20,5        | 54.888.814.643  | 6,6   |
| 2012 | 4189444080 | 9.516.534.611  | 44,0        | 64.242.120.130  | 6,5   |
| 2013 | 4758036140 | 22.452.751.460 | 21,2        | 69.933.294.040  | 6,8   |
| 2014 | 5219868685 | 26.227.276.883 | 19,9        | 79.580.422.545  | 6,6   |
| 2015 | 5576645925 | 30.280.206.995 | 18,4        | 90.438.282.643  | 6,2   |
| 2016 | 5944784081 | 30.901.706.137 | 19,2        | 84.168.911.518  | 7,1   |
| 2017 | 5754233043 | 32.291.725.182 | 17,8        | 89.905.923.384  | 6,4   |
| 2018 | 5829750281 | 32.492.695.158 | 17,9        | 90.328.329.699  | 6,5   |
| 2019 | 5970802579 | 33.790.350.340 | 17,7        | 100.196.037.860 | 6,0   |
| 2020 | 4004821909 | 29.319.964.950 | 13,7        | 87.858.179.389  | 4,6   |
| 2021 | 2408248715 | 13.467.021.166 | 17,9        | 57.671.422.006  | 4,2   |
| 2022 | 5205835712 | 34.345.182.415 | 15,2        | 114.166.639.114 | 4,6   |
| 2023 | 5200399149 | 34.391.991.157 | 15,1        | 124.626.138.368 | 4,2   |

**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados do Painel do Orçamento Federal

A Tabela 1, mostra que o orçamento destinado a outras despesas correntes das universidades vem reduzindo anualmente em relação ao orçamento do MEC que mesmo no período do REUNI, não houve aumento nos percentuais de descentralização de recursos. Quando se observa o percentual de repasse em relação ao orçamento da educação superior, observa-se que no período do REUNI houve uma destinação maior de recursos para as universidades, mas que após esse período anualmente os repasses para ODC foram reduzidos, corroborando os achados de Felinto et. al., (2022).

A pesquisa também verificou qual região do país recebeu maior parte dos recursos para ODC nas UFs, conforme pode ser observado no Gráfico 3. Nele se observa que o Sudeste foi a região que recebeu a maior quantidade de recursos destinado a ODC, isso ocorre porque esta é a região que possui o maior número de universidades federais no país. Outro fato importante de ser observado, é que no ano 2008 a região Norte recebeu quantia significativa de recursos para gastos com ODC. No geral, os repasses cresceram anualmente, de forma discreta, até 2017. Em 2018, o orçamento destinado para esta rubrica começou a diminuir atingindo seu ápice de queda, no ano de 2021, em virtude da incerteza vivida no mundo reflexo da pandemia da Covid-19.

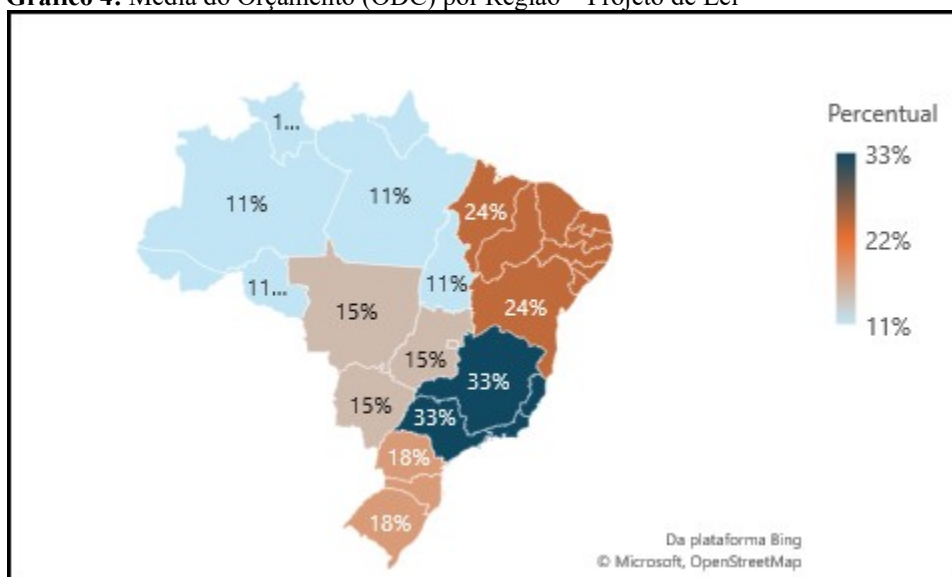
**Gráfico 3:** Orçamento (ODC) – Projeto de Lei (valores em R\$)



**Fonte:** Elaboração do Autor, dados do Painel do Orçamento Federal

No que se refere a média de descentralização de recursos por região (Gráfico 4), verificou-se que a média da destinação dos recursos no período analisado foi de 33% no Sudeste, 24% no Nordeste, 18% no Sul, 15% no Centro-Oeste e 11% no Norte do país. Esses percentuais podem ser explicados em decorrência da quantidade de universidades existente no Sudeste, visto que esta região possui o maior número de universidades federais, seguido do Nordeste. Neste último, houve ainda a abertura de 7 novas universidades de 2013 a 2020.

**Gráfico 4:** Média do Orçamento (ODC) por Região – Projeto de Lei

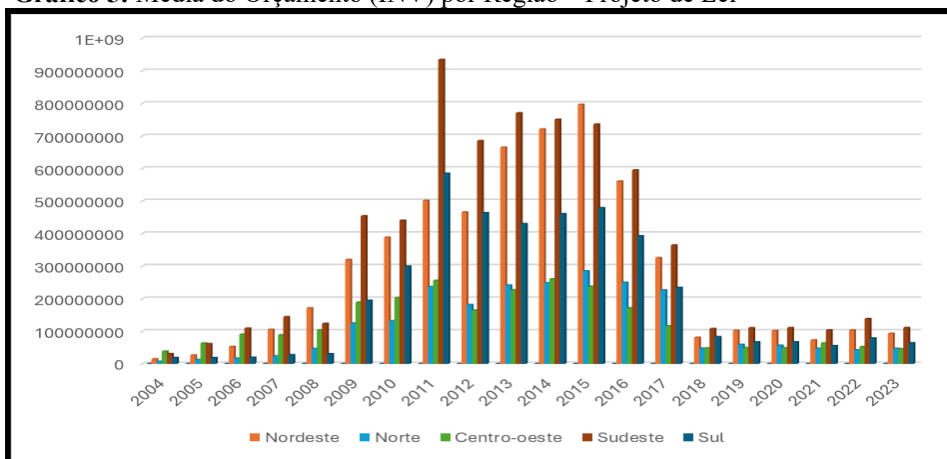


**Fonte:** Elaboração do Autor, dados do Painel do Orçamento Federal



A análise dos dados também verificou como foi a descentralização dos recursos para INV nas UF's, conforme pode ser observado no Gráfico 5. Nele é possível observar que a maior quantidade dos recursos destinados aos investimentos foi concentrada na região Sudeste.

**Gráfico 5:** Média do Orçamento (INV) por Região – Projeto de Lei

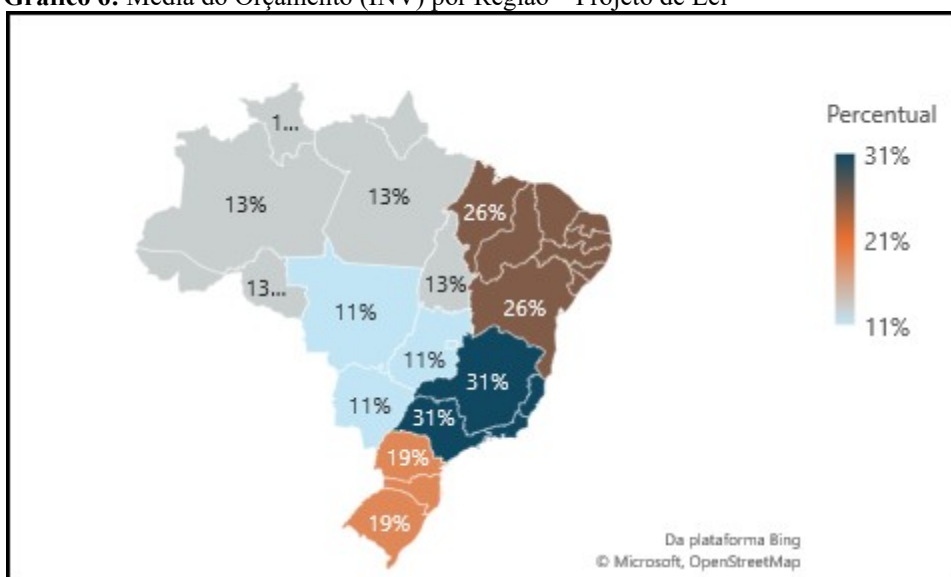


**Fonte:** Elaboração do Autor, dados do Painel do Orçamento Federal

O Gráfico 5, mostra ainda que a partir de 2015 houve uma queda significativa nos repasses para investimento nas UF's, voltando a patamares próximos dos investimentos de 2004-2008, antes do REUNI. Isso pode ser considerado um retrocesso em termos de garantir uma educação superior de qualidade.

No que se refere a média de descentralização de recursos para investimento por região (Gráfico 6), verificou-se que a média da destinação dos recursos foi de 31% no Sudeste, 26% no Nordeste, 19% no Sul, 11% no Centro-Oeste e 13% no Norte do país.

**Gráfico 6:** Média do Orçamento (INV) por Região – Projeto de Lei



**Fonte:** Elaboração do Autor, dados do Painel do Orçamento Federal

Analisando o comportamento do investimento para as universidades federais no período em relação ao orçamento do MEC, verificou-se que na maior parte do período o percentual descentralizado para esta finalidade foi inferior a 2% e a média de descentralização de 1,9%.

**Tabela 2:** Orçamento descentralizado para INV (valores em R\$)

| Ano  | Total de investimento | Educ. Sup.     | % Educ Sup. | MEC             | % MEC |
|------|-----------------------|----------------|-------------|-----------------|-------|
| 2004 | 110.677.280           | 6.261.214.457  | 1,8         | 14.485.319.136  | 0,8   |
| 2005 | 182.574.731           | 8.685.370.878  | 2,1         | 15.968.358.306  | 1,1   |
| 2006 | 289.037.284           | 8.202.649.210  | 3,5         | 16.448.152.547  | 1,8   |
| 2007 | 389.550.508           | 10.002.731.342 | 3,9         | 20.693.251.333  | 1,9   |
| 2008 | 476.275.684           | 10.941.296.060 | 4,4         | 25.825.310.706  | 1,8   |
| 2009 | 1.282.718.161         | 11.750.278.113 | 10,9        | 36.259.427.241  | 3,5   |
| 2010 | 1.463.155.177         | 14.805.690.575 | 9,9         | 43.080.598.882  | 3,4   |
| 2011 | 2.513.668.103         | 17.714.403.429 | 14,2        | 54.888.814.643  | 4,6   |
| 2012 | 1.960.742.444         | 9.516.534.611  | 20,6        | 64.242.120.130  | 3,1   |
| 2013 | 2.333.929.237         | 22.452.751.460 | 10,4        | 69.933.294.040  | 3,3   |
| 2014 | 2.441.852.502         | 26.227.276.883 | 9,3         | 79.580.422.545  | 3,1   |
| 2015 | 2.533.999.015         | 30.280.206.995 | 8,4         | 90.438.282.643  | 2,8   |
| 2016 | 1.970.071.071         | 30.901.706.137 | 6,4         | 84.168.911.518  | 2,3   |
| 2017 | 1.267.615.204         | 32.291.725.182 | 3,9         | 89.905.923.384  | 1,4   |
| 2018 | 367.812.105           | 32.492.695.158 | 1,1         | 90.328.329.699  | 0,4   |
| 2019 | 387.970.587           | 33.790.350.340 | 1,1         | 100.196.037.860 | 0,4   |
| 2020 | 384.478.732           | 29.319.964.950 | 1,3         | 87.858.179.389  | 0,4   |
| 2021 | 343.298.158           | 13.467.021.166 | 2,5         | 57.671.422.006  | 0,6   |
| 2022 | 415.602.709           | 34.345.182.415 | 1,2         | 114.166.639.114 | 0,4   |
| 2023 | 361.021.573           | 34.391.991.157 | 1,0         | 124.626.138.368 | 0,3   |

**Fonte:** Elaboração do Autor, dados do Painel do Orçamento Federal

Verifica-se que no período de 2009-2016 (Tabela 2), houve o maior nível de investimento e que a partir de 2017, estes voltaram a diminuir, sendo em 2003 o ano com menor repasse para investimento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingir o objetivo geral da presente pesquisa foram realizados estudos bibliográficos e coleta de dados no site Painel do Orçamento Federal a fim de verificar o comportamento do orçamento descentralizado às universidades públicas nos últimos 20 anos.

Após coleta, organização e análise dos dados verificou-se que o valor do orçamento destinado às universidades federais aumentado, em comparação com o orçamento do MEC ele se comportou de forma similar ao do MEC. De modo que quando o orçamento descentralizado ao MEC reduzia o destinado às universidades também reduzia.

Percebeu-se que em períodos de crise econômico-financeiras, fiscal e política o valor do orçamento do Projeto de Lei é reduzido. Além disso, a destinação dos recursos em relação ao investimento e as outras despesas correntes foram analisadas, por região. Verificou-se que o Sudeste foi a região que recebeu o maior percentual dos recursos descentralizados tanto para investimentos quanto para utilização com outras despesas correntes, isso se deu provavelmente por causa região ser a que possui a maior quantidade de UFs do país.

Em relação ao MEC observou-se que o orçamento para INV e ODC aumentou durante o período 2008-2014 e começou a cair, chegando a 2023 com o menor valor descentralizado para investimentos em relação ao orçamento total do MEC. Em relação ao orçamento da Educação Superior, ele cresceu até 2012 e começou a cair, chegando a representar somente 1% do valor do orçamento da educação superior para investimento nas UFs.

As limitações da pesquisa são que os dados não organizados para as análises no longo período de tempo, desta forma é necessário muito cuidado e atenção do pesquisador. Dados incompletos em sites oficiais, sendo necessário a consulta em outras fontes.

Sugere que para futuras pesquisas, sejam analisadas todas as Instituições Federais de Educação Superior; e, verificar como os gestores agem neste cenário de redução de receitas sem diminuição das despesas.

## REFERÊNCIAS

Amaral, N. C. (2021). *A Hora da Verdade para as Universidades Federais brasileiras: Metas do PNE (2014-2024) e 10 Mitos a serem debatidos e desvendados*.

<https://souciencia.unifesp.br/contact/pesquisadores-associados/prof-dr-nelson-cardoso-amaral>  
BRASIL. Constituição Federal de 1988.

Brasil Lei 4320/1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)  
. Acesso em 03/07/2024 às 8h30.

Brasil. Emenda Constitucional n.º 95/2016. Disponível em:

Caetano, E. F. D. S., & Campus, I. M. B. M. (2019). *A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias*. Revista Brasileira de Educação, v. 24, p. 24-43.

Cordeiro, M. Araújo, R. S. (2023). *Captação de Recursos Próprios como Fonte de Financiamento do Ensino Superior no Centro de Ciências Agrárias da UFPB*. Rev. Internacional de Educação Superior. V. 11. p. 1-18. Campinas, SP.

Kauark, F.; Manhães, F. C.; & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. – Itabuna: Via Litterarum.

Manual Técnico do Orçamento 2024. Disponível em:

Matias-Pereira (2019). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 4 ed. [3 reimp.] – São Paulo: Atlas.

Oliana, F. H.; & Bortoluzzi, S. C. (2018). *Análise das Aplicações metodológicas do Orçamento Participativo em Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras*. Organizações e Sustentabilidade. V.6. Special Issue. Londrina – PR.

COLIVEIRA, C. L.; & FRANCISCO Gilney Bezerra de Carvalho Ferreira, F. G. B. C. (2017). *O Orçamento Público no Estado Constitucional Democrático e a Deficiência Crônica na Gestão das Finanças Públicas no Brasil*. Seqüência (Florianópolis), n. 76, p. 183-212, ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n76p183>

Painel do Orçamento Federal . Disponível em:

[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)

Acesso em 29/06/2024 às 18h25.

Silva, A. T.; & Guimarães, A. R. (2022). *Orçamento público e financiamento das universidades federais no Brasil*. Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 21, n.2, p.106 - 117, jul./dez. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v21n2.21317>

SCHRÖDER, M. (2019) *Notas sobre o financiamento das universidades públicas e a importância dos recursos próprios*. In: XIMENES, Salomão; CÁSSIO, Fernando (org.). Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira. Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, p. 17-29.